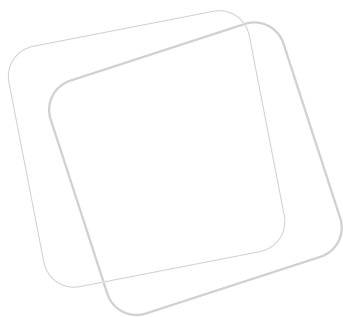




SUMÁRIO

1. DIREITO EMPRESARIAL: NOMENCLATURA, CONCEITO, ORIGEM, EVOLUÇÃO HISTÓRICA, AUTONOMIA E FONTES	41
1. A nomenclatura: por que direito empresarial?.....	42
2. Conceito de direito empresarial.....	43
3. Origem do direito empresarial	44
3.1. O direito estatutário e a jurisdição consular.....	47
3.2. A formação de um regime jurídico comercial.....	52
4. A evolução histórica do direito empresarial	55
4.1. Da definição do regime jurídico dos atos de comércio.....	56
4.2. Definição e descrição dos atos de comércio e sua justificação histórica.....	57
4.3. Os atos de comércio na legislação pátria	61
4.4. A doutrina brasileira e a questão dos atos de comércio.....	63
4.5. A teoria da empresa e o novo paradigma do direito empresarial.....	64
4.6. Surgimento da teoria da empresa e seus contornos	65
4.7. A teoria da empresa no Brasil antes do Código Civil de 2002: legislação e doutrina	66
4.8. A teoria da empresa no Brasil após o Código Civil de 2002: legislação e doutrina	69
5. Autonomia do direito empresarial.....	70
5.1. Características do direito empresarial.....	73
5.2. Institutos jurídicos típicos do direito empresarial.....	74
5.3. Princípios do direito empresarial	74
5.3.1. Livre-iniciativa.....	74
5.3.1.1. Livre-iniciativa e regulamentação de profissões.....	76
5.3.1.1.1. Uma visão liberal sobre o tema	79
5.3.1.2. Livre-iniciativa e burocracia	82
5.3.2. Função social da empresa.....	84

5.3.3.	Livre concorrência.....	86
5.3.3.1.	O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.....	86
5.3.4.	Tratamento favorecido das ME e EPP	89
5.3.5.	Princípio da preservação da empresa.....	91
5.3.6.	Outros princípios do direito empresarial.....	91
5.3.7.	A Lei da Liberdade Econômica e seus princípios.....	92
6.	Fontes do direito empresarial.....	92
2.	TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL	97
1.	Introdução.....	97
2.	O conceito de empresário.....	98
2.1.	Empresário individual x sociedade empresária.....	102
2.1.1.	A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) e sua extinção.....	104
2.2.	Agentes econômicos excluídos do conceito de empresário.....	104
2.2.1.	Profissionais intelectuais	105
2.2.2.	As sociedades simples (sociedades uniprofissionais)	108
2.2.2.1.	As sociedades de advogados.....	109
2.2.3.	O exercente de atividade econômica rural.....	111
2.2.4.	Sociedades cooperativas.....	114
3.	Empresário individual.....	115
3.1.	Impedimentos legais	116
3.2.	Incapacidade.....	118
3.2.1.	Hipóteses excepcionais de exercício individual de empresa por incapaz	118
3.2.2.	Sócio incapaz.....	122
3.3.	Empresário individual casado.....	122
4.	Registro empresarial.....	123
4.1.	A Lei de Registro Público de empresas mercantis (Lei 8.934/1994)	125
4.2.	Os atos de registro.....	129
4.3.	A estrutura organizacional das Juntas Comerciais	131
4.4.	O processo decisório nas Juntas Comerciais	132
4.4.1.	Recursos cabíveis	136
4.5.	A publicidade dos atos de registro.....	136

4.5.1. Publicação de atos de registro pelas partes	137
5. Escrituração do empresário.....	139
5.1. A situação especial dos microempresários e empresários de pequeno porte.....	141
5.2. O sigilo empresarial	142
5.3. A eficácia probatória dos livros empresariais	144
6. Nome empresarial.....	145
6.1. Espécies de nome empresarial.....	148
6.2. O nome empresarial das sociedades.....	149
6.3. Princípios que norteiam a formação do nome empresarial.....	151
6.4. Alguns entendimentos relevantes do DREI acerca da proteção ao nome empresarial	154
6.5. A proteção ao nome empresarial na jurisprudência do STJ	155
6.6. Mudanças nas regras do nome empresarial provocadas pela Lei 14.195/2021	157
7. Estabelecimento empresarial.....	158
7.1. Natureza jurídica do estabelecimento empresarial	161
7.2. O contrato de trespasse.....	163
7.3. A sucessão empresarial	164
7.4. A cláusula de não concorrência	166
7.4.1. A cláusula de não concorrência na jurisprudência do CADE.....	170
7.5. A avaliação (<i>valuation</i>) do estabelecimento empresarial e a <i>due dilligence</i>	174
7.6. Outras normas acerca do estabelecimento empresarial previstas no Código Civil	174
7.7. Proteção ao ponto de negócio (locação empresarial)	176
7.7.1. Shopping center	182
7.7.1.1. A problemática sobre as cláusulas de raio nos contratos de shopping center.....	183
7.8. Aviamento e clientela	185
7.9. Penhora de estabelecimento empresarial.....	187
8. Auxiliares e colaboradores do empresário	187
8.1. Regras gerais sobre os prepostos do empresário.....	188
8.2. O contabilista	189
8.3. O gerente	189

3. DIREITO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....	191
1. Introdução	191
2. O gênero “propriedade intelectual” e suas espécies	192
3. Histórico do direito de propriedade industrial.....	194
3.1. Convenção da União de Paris (CUP).....	195
3.2. A Organização Mundial da Propriedade Intelectual	196
3.3. Propriedade intelectual na pauta do GATT	196
3.4. Unilateralismo: Especial 301	197
3.5. O Acordo TRIPS.....	199
3.6. Os acordos TRIPS-plus	200
3.7. Os princípios da CUP na LPI.....	200
3.7.1. Prioridade unionista.....	200
3.7.2. Prioridade interna	202
4. O tratamento constitucional da matéria no Brasil	202
5. Propriedade industrial ou monopólio industrial?.....	203
5.1. A defesa utilitarista dos monopólios intelectuais e suas falhas	216
6. Os direitos de “propriedade industrial” protegidos pela LPI.....	228
7. Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	229
8. Das patentes de invenção e de modelo de utilidade	231
8.1. Conceito de invenção e de modelo de utilidade	231
8.2. Requisitos de patenteabilidade	233
8.2.1. Novidade	233
8.2.1.1. Estado da técnica	234
8.2.1.2. Período de graça	235
8.2.2. Atividade inventiva.....	237
8.2.3. Aplicação industrial.....	238
8.2.4. Licitude do objeto da patente	239
8.2.4.1. Patentes de produtos e processos farmacêuticos.....	240
8.2.4.2. Patentes de segundo uso médico	240
8.2.4.3. Patentes de biotecnologia.....	244
8.2.4.4. Patentes x Cultivares.....	247
8.3. Procedimento do pedido de patente.....	249
8.3.1. Legitimidade do autor do pedido de patente	249

8.3.1.1. Colidência entre inventos	250
8.3.2. O invento realizado por funcionários do empresário.....	251
8.3.3. Análise dos requisitos de patenteabilidade.....	253
8.3.4. Concessão da patente.....	258
8.3.5. Vigência da patente.....	259
8.3.6. Proteção conferida pela patente	260
8.3.7. Nulidade da patente.....	262
8.3.7.1. Processo administrativo de nulidade.....	263
8.3.7.2. Ação judicial de nulidade	263
8.3.8. Cessão da patente	264
8.3.9. Licenciamento da patente	264
8.3.9.1. Licença voluntária	265
8.3.9.2. Licença compulsória	266
8.3.10. Patente de interesse da defesa nacional	270
8.3.11. Retribuição anual.....	270
8.3.12. Extinção da patente.....	271
8.4. Certificado de adição de invenção.....	272
8.5. Patentes <i>pipeline</i>	272
8.6. Patentes <i>mailbox</i>	275
9. Desenho industrial.....	277
9.1. Conceito de desenho industrial.....	277
9.1.1. Requisitos de registrabilidade do desenho industrial	278
9.2. Procedimento de registro do desenho industrial	279
9.2.1. Legitimidade do autor do pedido de registro de desenho industrial.....	279
9.2.2. Análise dos requisitos de registrabilidade.....	280
9.2.3. Concessão do registro de desenho industrial	280
9.2.4. Prazo de vigência do registro de desenho industrial.....	281
9.2.5. Proteção conferida pelo registro de desenho industrial.....	281
9.2.6. Nulidade do registro de desenho industrial	282
9.2.6.1. Processo administrativo de nulidade e ação judicial de nulidade	282
9.2.7. Retribuição quinquenal.....	283
9.2.8. Extinção do registro de desenho industrial.....	283
10. Marca	284

10.1. Sinais ou expressões não registráveis como marca	286
10.1.1. Expressões comuns ou genéricas	287
10.1.2. Cores e suas denominações.....	293
10.1.3. Marca <i>versus</i> nome empresarial.....	295
10.1.4. Marca <i>versus</i> nome de domínio	297
10.1.5. Reprodução, ainda que em parte, de marca alheia.....	299
10.1.6. Imitação ideológica de marca alheia.....	300
10.1.7. Símbolos oficiais	301
10.1.8. Sinal ou expressão empregada como meio de propaganda.....	304
10.1.9. A questão do uso de expressões registradas como marca nos chamados <i>links</i> patrocinados.....	305
10.2. Espécies de marca	308
10.3. Procedimento do pedido de registro de marca	310
10.3.1. Legitimidade do autor do pedido de registro de marca	310
10.3.2. Depósito e exame do pedido.....	311
10.3.3. Concessão do registro de marca.....	313
10.3.4. Vigência do registro de marca	313
10.3.5. Proteção conferida pelo registro de marca	314
10.3.5.1. O princípio da especialidade ou especificidade	314
10.3.5.1.1. Marca de alto renome	317
10.3.5.1.2. Alto renome e teoria da diluição.....	322
10.3.5.1.3. Marca de alto renome <i>versus</i> marca notoriamente conhecida.....	326
10.3.5.2. O uso indevido de marca registrada	328
10.3.6. Cessão do registro de marca	330
10.3.7. Licenciamento do registro de marca.....	331
10.3.8. Nulidade do registro de marca.....	332
10.3.8.1. Processo administrativo de nulidade.....	332
10.3.8.2. Ação judicial de nulidade.....	333
10.3.9. Extinção do registro de marca	334
10.3.9.1. Renúncia ao registro de marca e continuidade de ação de nulidade: o caso Coca-Cola x Joca Cola	337
11. Indicações geográficas	338
12. <i>Trade dress</i> (Conjunto-imagem)	340
13. <i>Puffing</i> (exagero publicitário)	343

14. Concorrência desleal.....	344
14.1. Crimes de concorrência desleal.....	344
14.2. Parasitismo.....	345
14.3. Publicidade comparativa	346
14.4. Repressão civil à concorrência desleal.....	347
4. DIREITO SOCIETÁRIO.....	349
1. Introdução.....	349
1.1. Pluralidade de sócios	350
1.2. <i>Holding</i>	351
1.3. Sociedade de Propósito Específico (SPE).....	351
2. Sociedades simples × sociedades empresárias	352
3. Tipos de sociedade.....	354
3.1. Sociedades dependentes de autorização.....	355
3.2. Sociedade nacional	356
3.3. Sociedade estrangeira.....	356
3.4. Sociedade entre cônjuges.....	357
3.5. Sociedade rural.....	360
4. Aquisição de personalidade jurídica pelas sociedades	361
5. Classificação das sociedades empresárias.....	361
5.1. Sociedades limitadas “de capital” e sociedades anônimas “de pessoas”	363
6. Sociedades não personificadas	364
6.1. Sociedade em comum.....	365
6.1.1. Prova da existência da sociedade em comum.....	368
6.1.2. Responsabilidade dos sócios na sociedade em comum.....	368
6.2. Sociedade em conta de participação.....	371
7. Sociedades personificadas.....	376
7.1. Sociedade simples pura (“simples simples”)	377
7.1.1. Contrato social	378
7.1.1.1. Necessidade de contrato escrito	379
7.1.1.2. Instrumento particular ou público.....	380
7.1.1.3. Qualificação dos sócios e da sociedade	380
7.1.1.4. Capital social	381
7.1.1.5. Capital social x patrimônio	381

7.1.1.6.	Subscrição e integralização das quotas.....	382
7.1.1.7.	Administração da sociedade	383
7.1.1.8.	Distribuição dos resultados.....	388
7.1.1.9.	Responsabilidade dos sócios.....	389
7.1.1.10.	Alteração do contrato social.....	390
7.1.2.	Direitos e deveres dos sócios	391
7.1.3.	Deliberações sociais.....	392
7.2.	Sociedade limitada.....	393
7.2.1.	Legislação aplicável.....	394
7.2.1.1.	A correta interpretação do art. 1.053 do Código Civil...	396
7.2.2.	Contrato social	399
7.2.2.1.	Necessidade de contrato escrito	400
7.2.2.2.	Instrumento particular ou público.....	401
7.2.2.3.	Qualificação dos sócios e da sociedade.....	401
7.2.2.4.	Capital social	402
7.2.2.5.	Subscrição e integralização das quotas.....	404
7.2.2.5.1.	Quotas preferenciais.....	407
7.2.2.5.2.	Aquisição de quotas pela própria sociedade	409
7.2.2.6.	Administração da sociedade	410
7.2.2.6.1.	Responsabilidade dos administradores.....	413
7.2.2.7.	Distribuição dos resultados.....	417
7.2.2.8.	Responsabilidade dos sócios.....	418
7.2.2.9.	Alteração do contrato social.....	420
7.2.3.	Deliberações sociais.....	420
7.2.3.1.	Participação e votação a distância.....	427
7.2.4.	Natureza personalista ou capitalista da sociedade limitada	428
7.2.5.	Conselho fiscal	430
7.2.6.	Exclusão extrajudicial de sócio minoritário por justa causa.....	431
7.3.	Sociedade anônima	435
7.3.1.	Histórico.....	435
7.3.2.	Legislação aplicável.....	437
7.3.3.	Governança Corporativa (<i>corporate governance</i>)	437
7.3.3.1.	Sistemas de governança corporativa.....	440
7.3.3.2.	Governança corporativa nas empresas estatais	440

7.3.4.	Características principais.....	441
7.3.4.1.	Natureza capitalista da S/A.....	441
7.3.4.2.	Essência empresarial da S/A.....	442
7.3.4.3.	Identificação exclusiva por denominação.....	443
7.3.4.4.	Responsabilidade limitada dos acionistas	443
7.3.5.	Classificação das sociedades anônimas.....	444
7.3.6.	Mercado de capitais.....	444
7.3.6.1.	A Comissão de Valores Mobiliários (CVM).....	445
7.3.6.2.	Bolsa de Valores.....	447
7.3.6.3.	Mercado de Balcão	448
7.3.6.4.	Mercado de capitais primário e secundário	449
7.3.7.	Constituição da sociedade anônima.....	450
7.3.7.1.	Requisitos preliminares.....	450
7.3.7.1.1.	Constituição por subscrição pública	451
7.3.7.1.2.	Constituição por subscrição particular.....	455
7.3.7.1.3.	Algumas regras gerais acerca do procedimento de subscrição das ações	455
7.3.7.2.	Formalidades complementares	456
7.3.8.	O capital social.....	458
7.3.8.1.	A obrigação de integralizar (realizar) o capital social.....	461
7.3.8.1.1.	O acionista remisso.....	462
7.3.8.1.2.	Aumento e redução do capital social.....	463
7.3.9.	Ações.....	465
7.3.9.1.	Classificação das ações	466
7.3.9.1.1.	Quanto aos direitos e obrigações	466
7.3.9.1.2.	<i>Golden share</i>	468
7.3.9.1.3.	Quanto à forma de transferência.....	469
7.3.9.2.	Classes de ações	470
7.3.9.3.	Valor da ação	471
7.3.9.3.1.	Valor nominal.....	471
7.3.9.3.2.	Valor patrimonial	472
7.3.9.3.3.	Valor de negociação.....	473
7.3.9.3.4.	Valor econômico	474
7.3.9.3.5.	Preço de emissão.....	475
7.3.9.4.	Direitos e obrigações conferidos pelas ações.....	476

7.3.9.4.1.	Direitos essenciais dos acionistas	476
7.3.9.4.2.	Direito de participação nos lucros	477
7.3.9.4.3.	Direito de participação no acervo da companhia.....	477
7.3.9.4.4.	Direito de fiscalização.....	478
7.3.9.4.5.	Direito de preferência.....	479
7.3.9.4.6.	Direito de retirada (direito de recesso)	479
7.3.9.4.7.	Direito de voto	482
7.3.9.4.8.	Voto plural.....	483
7.3.9.4.9.	Acionista controlador.....	489
7.3.9.4.10.	Acordo de acionistas.....	496
7.3.10.	Valores mobiliários	498
7.3.10.1.	Debêntures.....	499
7.3.10.1.1.	Emissão de debêntures	500
7.3.10.1.2.	Espécies de debêntures	501
7.3.10.2.	Partes beneficiárias.....	501
7.3.10.3.	Bônus de subscrição	502
7.3.11.	Órgãos societários	503
7.3.11.1.	Assembleia geral	505
7.3.11.2.	Convocação da assembleia geral	507
7.3.11.2.1.	Convocação epistolar.....	509
7.3.11.2.2.	Local de realização do conclave	510
7.3.11.2.3.	Quóruns de instalação e deliberação	510
7.3.11.2.4.	Formalidades	513
7.3.11.2.5.	Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária	514
7.3.11.2.6.	Assembleia Geral Virtual (<i>digital</i>)	516
7.3.11.3.	Os órgãos de administração da companhia.....	517
7.3.11.3.1.	O Conselho de Administração	518
7.3.11.3.2.	Voto múltiplo	519
7.3.11.3.3.	Eleição em separado	521
7.3.11.3.4.	Competência do conselho de administração	522
7.3.11.3.5.	A diretoria.....	523
7.3.11.3.6.	Normas comuns aos conselheiros e diretores.....	524

7.3.11.4. Conselho fiscal.....	543
7.3.12. Livros sociais e demonstrações contábeis.....	548
7.3.13. Lucros e dividendos.....	549
7.3.14. Publicações.....	551
7.3.15. Companhia de menor porte	552
7.3.16. Sociedade anônima do futebol – SAF	553
7.4. Sociedade em nome coletivo.....	557
7.5. Sociedade em comandita simples.....	558
7.6. Sociedade em comandita por ações	560
7.7. Sociedade cooperativa	562
7.7.1. A problemática sobre a cláusula de unimilitância nos estatutos das cooperativas.....	563
7.8. A antiga sociedade de capital e indústria.....	564
8. Operações societárias.....	565
8.1. Transformação.....	566
8.1.1. Transformação de sociedade cooperativa.....	567
8.1.2. Conversão de associação civil em sociedade empresária	568
8.2. Incorporação.....	568
8.3. Fusão.....	570
8.4. Cisão.....	571
8.4.1. Protocolo e justificação	571
8.4.2. Direitos dos debenturistas.....	572
8.4.3. Direitos dos credores.....	573
8.5. A atuação do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).....	574
8.6. Outras operações entre sociedades.....	577
8.6.1. Coligação de sociedades	577
8.6.2. Grupos societários	579
8.6.3. Consórcios.....	579
8.6.4. Sociedade subsidiária integral.....	580
8.6.5. <i>Joint venture</i>	581
8.6.6. Fundos de <i>private equity</i> e <i>venture capital</i>	581
9. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades.....	582
9.1. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades contratuais	582
9.1.1. Dissolução parcial das sociedades contratuais.....	586
9.1.1.1. Penhora de quota por dívida particular de sócio.....	588

9.1.1.1.1. A penhora de quotas no novo CPC	589
9.1.1.2. Morte de sócio	590
9.1.1.3. Exercício do direito de retirada.....	591
9.1.1.4. Direito de retirada na sociedade limitada.....	592
9.1.1.5. Exclusão de sócio.....	595
9.1.1.6. Efeitos da dissolução parcial	596
9.1.1.7. A situação do ex-cônjuge de sócio.....	600
9.2. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades por ações.....	601
9.2.1. Dissolução parcial das sociedades por ações.....	606
9.3. O procedimento de dissolução parcial previsto no novo CPC.....	609
10. Arbitragem nos conflitos societários.....	612
10.1. A cláusula compromissória nos estatutos das sociedades anônimas	612
10.1.1. Arbitragem e empresas públicas: o caso Petrobras.....	614
10.2. A cláusula compromissória nos contratos sociais de sociedades limita- das.....	614
10.3. A Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM).....	615
11. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica.....	615
11.1. As bases históricas da teoria da desconsideração.....	616
11.2. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica no Brasil.....	618
11.2.1. Teoria da desconsideração e imputação direta de responsabilidade: crítica ao art. 28, <i>caput</i> , do CDC.....	621
11.2.2. Teoria da desconsideração e mero prejuízo do credor: crítica ao art. 28, § 5.º, do CDC.....	623
11.2.3. Teoria da desconsideração e abuso de personalidade jurídica: elogio ao art. 50 do Código Civil	624
11.2.3.1. A caracterização do abuso da personalidade jurídica	625
11.3. Efeitos da desconsideração da personalidade jurídica da sociedade	626
11.4. A desconsideração inversa.....	629
11.5. Aspectos processuais da aplicação da teoria da desconsideração (de acordo com o Novo CPC).....	631
11.5.1. Condenação em honorários?	633
11.5.2. Desconsideração da personalidade jurídica e fraude à execução	634
11.6. Necessidade de demonstração da insolvência da pessoa jurídica.....	635
11.7. Teoria maior × teoria menor.....	636
11.8. Dissolução irregular de empresa.....	639
11.9. Falta de integralização do capital social.....	641

11.10. Prazo para requerimento da desconsideração da personalidade jurídica	641
11.11. Subcapitalização.....	642
11.12. Desconsideração da personalidade jurídica de fundos de investimento.....	643
11.13. Empreendimentos de economia solidária.....	644
5. TÍTULOS DE CRÉDITO	649
1. Introdução.....	650
2. Origem e desenvolvimento dos títulos de crédito	651
3. Histórico da legislação cambiária.....	652
3.1. O Código Civil de 2002 e os títulos de crédito	654
4. Conceito, características e princípios dos títulos de crédito.....	656
4.1. Características.....	657
4.2. Princípio da cartularidade	659
4.3. Princípio da literalidade	660
4.3.1. Literalidade indireta	661
4.4. Princípio da autonomia.....	661
4.4.1. A abstração dos títulos de crédito e a inoponibilidade das exceções pessoais ao terceiro de boa-fé	663
5. Classificação dos títulos de crédito	665
5.1. Quanto à forma de transferência ou circulação	665
5.2. Quanto ao modelo.....	666
5.3. Quanto à estrutura.....	666
5.4. Quanto às hipóteses de emissão	667
5.5. Quanto à prestação constante do título.....	667
5.6. Quanto à tipicidade	668
6. A obrigação cambial.....	669
7. Atos cambiários.....	671
7.1. Endosso.....	671
7.1.1. Efeitos do endosso.....	672
7.1.2. Formalidades do endosso	672
7.1.3. Endosso em branco e endosso em preto	673
7.1.4. O endosso em branco e as leis do Plano Collor	674
7.1.5. Endosso impróprio	675

7.1.6.	Endosso póstumo ou tardio.....	677
7.1.7.	Endosso x cessão civil de crédito	677
7.2.	Aval.....	679
7.2.1.	Formalidades do aval	679
7.2.2.	Aval em branco x aval em preto.....	680
7.2.3.	Avais simultâneos e avais sucessivos	681
7.2.4.	Aval x fiança	681
7.2.5.	Necessidade de outorga conjugal em aval prestado por pessoa casada.....	685
7.2.6.	Aval parcial	687
7.2.7.	Aval posterior ao vencimento	688
7.2.8.	Prescrição de título de crédito avalizado.....	688
7.3.	Protesto.....	689
7.3.1.	Características do protesto	690
7.3.2.	Espécies de protesto	690
7.3.3.	Formalidades do protesto	690
7.3.4.	Efeitos do protesto.....	691
7.3.5.	(Im)prescindibilidade do protesto.....	693
7.3.6.	Sustação e cancelamento de protesto.....	693
7.3.7.	Protesto indevido e responsabilidade do endossatário	694
7.3.8.	Prazo para realização do protesto	694
7.4.	Solidariedade cambial.....	696
8.	Títulos de crédito em espécie.....	698
8.1.	Letra de câmbio	698
8.1.1.	Saque e estrutura da letra	698
8.1.2.	Requisitos essenciais da letra de câmbio	699
8.1.3.	Requisitos não essenciais	701
8.1.4.	Letra em branco ou incompleta.....	701
8.1.5.	Aceite da letra	702
8.1.6.	Vencimento da letra	705
8.1.7.	Pagamento da letra.....	707
8.2.	Nota promissória.....	708
8.2.1.	Saque e estrutura da nota promissória.....	708
8.2.2.	Requisitos essenciais.....	709
8.2.3.	Requisitos não essenciais	709

8.2.4.	Regime jurídico.....	710
8.2.5.	Nota promissória vinculada a contrato	711
8.2.5.1.	A cláusula-mandato (Súmula 60 do STJ).....	714
8.3.	Cheque.....	715
8.3.1.	Legislação aplicável.....	716
8.3.2.	Requisitos essenciais.....	716
8.3.3.	Requisitos não essenciais	717
8.3.4.	Algumas características importantes do cheque	719
8.3.5.	Cheque “pré-datado” (ou “pós-datado”)	722
8.3.6.	Modalidades de cheque.....	725
8.3.7.	Sustação do cheque	726
8.3.8.	Prazo de apresentação	727
8.3.9.	Prescrição do cheque.....	728
8.3.9.1.	A cobrança de cheque prescrito	730
8.4.	Duplicata	733
8.4.1.	Causalidade da duplicata	733
8.4.2.	Características essenciais	737
8.4.3.	Sistemática de emissão, aceite e cobrança da duplicata.....	741
8.4.4.	Duplicata escritural.....	746
9.	Algumas regras do Código Civil sobre títulos de crédito.....	749
9.1.	Autonomia e omissão de requisito legal.....	749
9.2.	Conteúdo e forma dos títulos de crédito.....	750
9.3.	A desmaterialização dos títulos de crédito.....	750
9.4.	Cláusulas proibidas nos títulos de crédito.....	753
9.5.	Títulos de crédito em branco ou incompletos.....	754
9.6.	Obrigação cambial de representante/mandatário.....	755
9.7.	Títulos representativos.....	755
9.8.	Nascimento da obrigação cambial (teoria da criação <i>versus</i> teoria da emissão).....	756
9.9.	Aval no Código Civil.....	757
9.10.	Lei Uniforme de Genebra x Código Civil.....	758
9.11.	O endosso e seus efeitos.....	759
9.12.	Os títulos ao portador	759
10.	Outros títulos de crédito.....	760
10.1.	Títulos de crédito comercial.....	760

10.2. Títulos de crédito industrial	761
10.3. Títulos de crédito à exportação.....	761
10.4. Títulos de crédito rural	761
10.5. Títulos de crédito imobiliário.....	763
10.5.1. Novos títulos imobiliários	763
10.6. Títulos de crédito bancário.....	764
10.7. Letra de Arrendamento Mercantil	766
6. CONTRATOS EMPRESARIAIS.....	767
1. Introdução	767
1.1. Aplicação do CDC aos contratos entre empresários	768
2. O Código Civil de 2002 e a unificação do direito obrigacional	773
2.1. Contratos civis x contratos empresariais.....	774
3. Teoria geral do direito contratual.....	778
3.1. Princípios gerais dos contratos	779
3.1.1. Princípio da autonomia da vontade	779
3.1.1.1. O princípio da atipicidade dos contratos empresariais .	781
3.1.1.2. A autonomia da vontade após a Lei da Liberdade Eco- nômica	782
3.1.2. Princípio do consensualismo	783
3.1.3. Princípio da relatividade	783
3.1.3.1. A teoria da aparência.....	784
3.1.4. Princípio da força obrigatória.....	785
3.1.4.1. A teoria da imprevisão.....	785
3.1.5. Princípio da boa-fé.....	789
3.2. A exceção do contrato não cumprido	790
3.3. A teoria do adimplemento substancial.....	791
3.4. A interpretação dos negócios jurídicos empresariais.....	794
4. Compra e venda empresarial.....	796
4.1. Elementos essenciais da compra e venda	797
4.2. Direitos e deveres fundamentais do comprador e do vendedor.....	799
4.3. Cláusulas especiais da compra e venda.....	803
4.3.1. Retrovenda.....	803
4.3.2. Venda a contento	804
4.3.3. Preempção ou preferência.....	805

4.3.4. Venda com reserva de domínio	806
4.3.5. Venda sobre documentos	807
5. Contratos de colaboração empresarial.....	808
5.1. Subordinação empresarial nos contratos de colaboração	809
5.2. As cláusulas de exclusividade nos contratos de colaboração	811
5.3. Comissão mercantil.....	812
5.4. Representação comercial.....	815
5.5. Concessão mercantil.....	828
5.6. Franquia (<i>franchising</i>)	834
5.6.1. Sublocação na franquia.....	840
6. Contratos bancários.....	841
6.1. Decisões importantes do STJ sobre contratos bancários	845
6.2. Depósito bancário	849
6.3. Mútuo bancário.....	851
6.4. Desconto bancário	852
6.5. Abertura de crédito	854
6.6. Contratos bancários impróprios	855
6.6.1. Alienação fiduciária em garantia.....	855
6.6.1.1. Bens imóveis	856
6.6.1.2. Bens móveis.....	858
6.6.2. Arrendamento mercantil (<i>leasing</i>).....	864
6.6.2.1. A cobrança antecipada do valor residual (VRG)	866
6.6.3. Faturização (fomento mercantil ou <i>factoring</i>).....	869
6.6.3.1. O problema do direito de regresso do faturizador contra o faturizado	870
6.6.3.2. Características do <i>factoring</i>	874
6.6.4. Cartão de crédito	875
7. Fundos de investimento.....	877
8. Cláusulas de eleição de foro em contratos empresariais.....	881
7. DIREITO FALIMENTAR E RECUPERACIONAL.....	883
1. As origens históricas do direito falimentar	883
1.1. O direito falimentar no Brasil	886
1.2. A evolução da legislação falimentar brasileira.....	887
2. Teoria geral do direito falimentar.....	890

2.1. Sujeição legal.....	891
2.1.1. As empresas públicas e as sociedades de economia mista	893
2.1.2.Sociedades empresárias submetidas a procedimento de liquidação extrajudicial.....	895
2.1.2.1. As cooperativas médicas.....	896
2.1.3.Sociedades de propósito específico que atuam com incorporação imobiliária	899
2.2. Foro competente.....	899
3. Atuação do MP nos processos de falência/recuperação	902
4. Aplicação subsidiária do CPC.....	907
5. Administrador judicial	915
5.1. Impedimentos	916
5.1.1. Auxiliares do administrador judicial.....	916
5.1.2. Atribuições do administrador judicial	917
5.1.3. Remuneração do administrador judicial e dos seus auxiliares.....	920
5.1.4. Destituição	922
5.1.5. Responsabilidade	922
5.2. Comitê de credores.....	923
5.2.1. Constituição.....	923
5.2.2. Composição	923
5.2.3. Atribuições do comitê de credores	924
5.2.4. Remuneração	925
5.2.5. Investidura, impedimentos e destituição.....	925
5.3. Assembleia geral de credores	925
5.3.1. Composição da assembleia geral de credores	927
5.3.2. Convocação	927
5.3.3. Dispensa de convocação, dispensa da AGC e AGC virtual	928
5.3.4. Presidência, instalação e participação por representação.....	929
5.3.5. Direito de voto.....	930
5.3.6. Exercício do direito de voto	932
5.3.7. Quórum de deliberação	933
5.3.8. Criação de subclasses de credores.....	935
5.3.9. Controle jurisdicional da assembleia geral de credores.....	937
6. Recuperação judicial	940
6.1. O pedido de recuperação judicial	942

6.1.1.	O autor do pedido de recuperação judicial (legitimidade ativa).	943
6.1.2.	Consolidação processual (litisconsórcio ativo).....	943
6.1.3.	Consolidação substancial.....	944
6.1.4.	Requisitos materiais do pedido de recuperação judicial	946
6.1.5.	Recuperação judicial de produtor rural.....	947
6.1.6.	O foro competente para o pedido de recuperação judicial	953
6.1.7.	A petição inicial do pedido de recuperação	955
6.1.8.	Valor da causa no pedido de recuperação judicial	958
6.1.9.	A constatação prévia na recuperação judicial	959
6.1.10.	Do deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial	961
6.2.	Nomeação do administrador judicial	962
6.2.1.	Dispensa da apresentação de certidões negativas	962
6.2.2.	Participação do devedor em licitações públicas	963
6.2.3.	<i>Stay period</i>	966
6.2.4.	Suspensão da prescrição	966
6.2.5.	Suspensão das execuções	967
6.2.6.	Sócio solidário	967
6.2.7.	Proibição de atos constritivos.....	968
6.2.8.	Não aplicação do <i>stay period</i> a credores proprietários.....	969
6.2.9.	Não aplicação do <i>stay period</i> a execuções fiscais	969
6.3.	Ações que demandam quantia ilíquida, reclamações trabalhistas e processos arbitrais.....	974
6.3.1.	Execuções trabalhistas	977
6.3.2.	Prazo do <i>stay period</i>	978
6.3.3.	Apresentação de plano de recuperação alternativo pelos credores	982
6.4.	Antecipação do <i>stay period</i>	984
6.4.1.	Apresentação de contas demonstrativas mensais.....	984
6.4.2.	Intimação do MP e das Fazendas Públicas	985
6.4.3.	Outros efeitos decorrentes da distribuição do pedido de recuperação judicial e do deferimento do seu processamento.....	985
6.4.4.	Ações em que a empresa recuperanda é autora ou litisconsorte ativa	985
6.5.	Publicação de edital	987
6.6.	Verificação e habilitação de créditos na recuperação judicial.....	987

6.7. A apresentação do plano de recuperação judicial.....	991
6.7.1. Tratamento dos créditos em moeda estrangeira	994
6.7.2. A venda de filiais ou unidades produtivas isoladas do devedor..	995
6.7.3. Os créditos trabalhistas no plano de recuperação judicial.....	998
6.7.4. A aplicação da <i>failing firm theory</i> no Brasil.....	1005
6.8. Credores submetidos aos efeitos da recuperação judicial.....	1006
6.8.1. O significado de “crédito existente na data do pedido”	1006
6.8.1.1. O tratamento especial dos créditos de representantes comerciais.....	1007
6.8.2. Quando o crédito de honorários advocatícios se torna existente?	1009
6.8.3. Créditos não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial	1009
6.8.4. O problema das travas bancárias.....	1014
6.8.5. A questão dos bens de capital essenciais à atividade empresarial.....	1019
6.8.6. Art. 49, §§ 6º a 9º	1022
6.8.7. Coobrigados, fiadores e obrigados de regresso	1022
6.8.8. Sujeição de débito decorrente de aval.....	1024
6.9. A análise do plano de recuperação judicial.....	1025
6.9.1. <i>Cram down</i>	1029
6.9.2. Apresentação de plano de recuperação alternativo pelos credores	1033
6.9.3. Exigência de apresentação de certidão negativa de débitos tributários	1034
6.10. A decisão que concede a recuperação judicial e seus efeitos	1039
6.10.1. A supressão de garantias.....	1041
6.10.2. A atuação da empresa em crise durante o processo de recuperação judicial	1044
6.10.3. Obrigações contraídas durante a recuperação judicial.....	1045
6.10.4. Alienação ou oneração de bens ou direitos do ativo não circulante.....	1046
6.11. <i>DIP financing</i>	1047
6.12. O encerramento do processo de recuperação judicial.....	1050
6.12.1. Apresentação de planos de recuperação aditivos/modificativos.	1052
6.12.2. Da convalidação da recuperação judicial em falência.....	1052
6.12.3. Descumprimento de parcelamento tributário ou transação tributária	1054

6.12.4. Liquidação substancial da empresa.....	1055
6.13. Do plano especial de recuperação judicial das microempresas e das empresas de pequeno porte	1055
6.14. Mediação e conciliação na recuperação judicial.....	1058
7. Recuperação extrajudicial.....	1059
7.1. Requisitos legais da recuperação extrajudicial.....	1060
7.2. O plano de recuperação extrajudicial.....	1060
7.2.1. Credores submetidos ao plano de recuperação extrajudicial	1061
7.3. O pedido de homologação do art. 162 da LRE.....	1062
7.4. O pedido de homologação do art. 163 da LRE.....	1063
7.5. Procedimento do pedido de homologação	1064
7.6. Efeitos da homologação do plano de recuperação extrajudicial.....	1066
7.7. <i>Stay period</i> na recuperação extrajudicial	1067
8. Falência.....	1068
8.1. Natureza jurídica da falência	1071
8.2. Princípios da falência	1071
8.3. Pressupostos da falência.....	1073
8.4. Procedimento para a decretação da falência	1074
8.4.1. O sujeito passivo do pedido de falência	1074
8.4.1.1. As empresas públicas e as sociedades de economia mista	1075
8.4.1.2. Empresários submetidos a procedimento de liquidação extrajudicial	1076
8.4.2. O sujeito ativo do pedido de falência	1076
8.4.2.1. Autofalência.....	1076
8.4.2.2. Pedido de falência feito por cônjuge, herdeiro ou inventariante do empresário individual.....	1079
8.4.2.3. Pedido de falência feito por sócio da sociedade empresária.....	1079
8.4.2.4. Pedido de falência feito por credor	1079
8.4.3. O foro competente para o pedido de falência	1083
8.4.4. ...O pedido de falência: a demonstração da insolvência (jurídica ou presumida) do devedor	1084
8.4.4.1. Uso do pedido de falência como meio de cobrança de dívidas.....	1085
8.4.4.2. Os sistemas de determinação da insolvência adotados pela Lei 11.101/2005.....	1088

8.4.4.2.1.	A impontualidade injustificada.....	1089
8.4.4.2.2.	Os atos de falência	1091
8.4.5.	A resposta do devedor ao pedido de falência	1094
8.4.5.1.	Pedido incidental de recuperação judicial	1095
8.4.5.2.	Depósito elisivo da falência.....	1095
8.4.6.	A denegação da falência.....	1096
8.4.6.1.	Improcedência do pedido de falência	1097
8.4.6.2.	Realização do depósito elisivo	1098
8.4.7.	A decretação da falência	1099
8.4.7.1.	Natureza jurídica da sentença que decreta a falência ...	1099
8.4.7.2.	Conteúdo específico da sentença que decreta a falên- cia	1100
8.4.7.2.1.	O termo legal da falência	1101
8.4.7.2.2.	O poder geral de cautela do juízo que decreta a falência.....	1102
8.4.7.2.3.	A publicidade da sentença da falência	1103
8.4.7.2.4.	A designação do administrador judicial.....	1104
8.4.8.	Recurso contra a sentença que julga o pedido de falência.....	1104
8.4.9.	A participação do Ministério Público na fase pré-falimentar.....	1105
8.5.	Efeitos da decretação da falência	1105
8.5.1.	Efeitos da falência quanto à pessoa e aos bens do devedor	1106
8.5.1.1.	Inabilitação empresarial.....	1109
8.5.1.2.	Perda do direito de administração dos bens.....	1109
8.5.1.3.	Deveres específicos do falido	1110
8.5.2.	Efeitos da falência quanto às obrigações do devedor.....	1111
8.5.2.1.	Os contratos do falido	1113
8.5.2.1.1.	A disciplina especial de alguns contratos.....	1114
8.5.3.	Efeitos da falência quanto aos credores do falido	1118
8.5.3.1.	A instauração do juízo universal da falência.....	1119
8.5.3.1.1.	A suspensão da prescrição e das ações e execuções contra o devedor falido.....	1121
8.5.3.1.2.	O tratamento dado às execuções com atos de constrição já realizados	1124
8.6.	O processo falimentar.....	1126
8.6.1.	O procedimento de arrecadação dos bens do devedor	1126
8.6.1.1.	Falência frustrada	1128

8.6.1.1.1.	A investigação do período suspeito.....	1129
8.6.1.1.2.	Ineficácia <i>versus</i> nulidade.....	1130
8.6.1.1.3.	Os atos do falido objetivamente ineficazes perante a massa.....	1131
8.6.1.1.4.	Os atos do falido subjetivamente ineficazes perante a massa.....	1134
8.6.1.2.	Os pedidos de restituição.....	1136
8.6.1.2.1.	Os fundamentos dos pedidos de restituição	1136
8.6.1.2.2.	As hipóteses de restituição em dinheiro.....	1141
8.6.1.2.3.	O procedimento do pedido de restituição....	1141
8.6.2.	O procedimento de verificação e habilitação dos créditos	1142
8.6.2.1.	Habilitação de créditos fiscais.....	1145
8.6.2.2.	Necessidade de demonstração da origem da dívida	1148
8.6.2.3.	Rateios na falência.....	1149
8.6.3.	A realização do ativo do devedor.....	1149
8.6.3.1.	Os procedimentos de venda dos bens.....	1150
8.6.3.1.1.	Modalidades de venda.....	1151
8.6.3.1.2.	Modalidades atípicas de venda.....	1153
8.6.3.1.3.	Venda frustrada	1154
8.6.3.2.	A disciplina da sucessão empresarial na LRE.....	1154
8.6.4.	Pagamento dos credores.....	1156
8.6.4.1.	Os créditos extraconcursais	1156
8.6.4.2.	A classificação dos créditos concursais.....	1157
8.6.4.2.1.	Os créditos trabalhistas e equiparados	1158
8.6.4.2.2.	Honorários advocatícios (e de outros profis- sionais liberais)	1161
8.6.4.2.3.	Os créditos com garantia real	1163
8.6.4.2.4.	Os créditos públicos.....	1164
8.6.4.2.5.	Os créditos com privilégio especial e com privilégio geral.....	1166
8.6.4.2.6.	Os créditos quirografários.....	1166
8.6.4.2.7.	As multas e penas pecuniárias.....	1166
8.6.4.2.8.	Os créditos subordinados	1167
8.6.4.2.9.	Juros.....	1167
8.6.5.	Encerramento do processo falimentar.....	1167
8.7.	A extinção das obrigações do devedor falido	1168

9. Dispositivos penais da Lei 11.101/2005.....	1170
9.1. A polêmica sobre a competência para julgamento dos crimes falimentares.....	1171
10. Problemas de direito intertemporal.....	1172
11. Insolvência transnacional.....	1174
8. MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.....	1177
1. Empreendedorismo e desburocratização no Brasil.....	1177
2. Do Estatuto da ME e da EPP (Lei 9.841/1999) à Lei Geral das MEs e EPPs (LC 123/2006).....	1179
3. Da definição de microempresa e de empresa de pequeno porte.....	1180
3.1. Enquadramento, desenquadramento e reenquadramento.....	1183
3.2. Do pequeno empresário.....	1185
3.3. Da simplificação dos procedimentos para abertura e fechamento das MEs e EPPs.....	1186
3.4. Das regras especiais quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias.....	1192
3.5. A situação especial dos pequenos empresários.....	1193
3.6. A atuação dos prepostos das MEs e EPPs na Justiça do Trabalho.....	1194
3.7. A fiscalização prioritariamente orientadora e o sistema da “dupla visita”....	1194
3.8. Das regras especiais de apoio creditício.....	1196
3.8.1. O investimento-anjo.....	1197
3.8.2. A sociedade de garantia solidária.....	1200
3.8.3. A empresa simples de crédito (ESC).....	1201
3.9. Das regras especiais de apoio ao associativismo.....	1203
3.10. Das regras especiais de apoio ao desenvolvimento empresarial.....	1203
3.10.1. Inova Simples: regime jurídico especial para abertura de <i>startups</i>	1204
3.11. Das regras empresariais gerais de tratamento diferenciado para as MEs e EPPs.....	1205
3.11.1. As deliberações sociais nas MEs e EPPs.....	1206
3.11.2. O nome empresarial das MEs e EPPs.....	1206
3.11.3. O protesto de títulos contra as MEs e EPPs.....	1207
3.11.4. As MEs e EPPs e o acesso à justiça.....	1207
3.11.5. Do regime tributário e fiscal: o Simples Nacional.....	1209
3.11.6. A Emenda Constitucional 42/2003 (Reforma Tributária).....	1209
3.12. A Lei 11.101/2005 (Lei de Recuperação de Empresas) e as MEs e EPPs...	1211

9. TEMAS ESPECIAIS: COMÉRCIO ELETRÔNICO, ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO E CRIPTOMOEDAS	1213
1. Do escambo às negociações virtuais.....	1213
2. Comércio eletrônico.....	1217
2.1. O Decreto 7.962/2013.....	1218
3. A economia do compartilhamento	1221
4. As criptomoedas (o fenômeno <i>Bitcoin</i>).....	1225
4.1. Decisões do Superior Tribunal de Justiça.....	1234
4.2. Comunicados do Banco Central do Brasil (BACEN).....	1238
4.3. A orientação da Receita Federal.....	1238
4.4. As notas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).....	1240
4.5. A aparição do tema em provas de concurso público.....	1242
4.6. A edição da Lei 14.478/2022	1243